



Universidade de Brasília – UNB

Faculdade de Educação – FE

Escola Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – ENDICA

Escola Nacional de Socioeducação – ENS

MAUREIN ELAINE DE MAIO CHIANCA

**IMPACTOS DA DIVISÃO TERRITORIAL DAS EQUIPES NO ACOMPANHAMENTO
DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA NO ÂMBITO DO
PAEFI DO CREAS ZNO/M DE SANTOS**

Brasília-DF

2022

MAUREIN ELAINE DE MAIO CHIANCA

**IMPACTOS DA DIVISÃO TERRITORIAL DAS EQUIPES NO ACOMPANHAMENTO
DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA NO ÂMBITO DO
PAEFI DO CREAS ZNO/M DE SANTOS**

Trabalho de conclusão do Curso de Especialização em Garantia dos Direitos e Política de Cuidados à Criança e ao Adolescente apresentado à Universidade de Brasília (UNB) como requisito parcial para a obtenção do título de especialista.

Orientadora: Prof.^a M.^a Rafaela Vilarinho Mesquita

Brasília-DF

2022

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Ci CHIANCA, Maurein Elaine de Maio
Impactos da divisão territorial das equipes no
acompanhamento de crianças e adolescentes vítimas de
violência no âmbito do PAEFI do CREAS ZNO/M de Santos /
Maurein Elaine de Maio Chianca; orientador Rafaela
Vilarinho Mesquita. -- Brasília, 2022.
33 p.

Monografia (Especialização em Garantia dos Direitos e
Política de Cuidados à Criança e ao Adolescente) --
Universidade de Brasília, 2022.

1. Território. 2. Violências. 3. Crianças e
adolescentes. 4. Assistência social. 5. Garantia de
direitos. I. Mesquita, Rafaela Vilarinho, orient. II.
Título.

MAUREIN ELAINE DE MAIO CHIANCA

**IMPACTOS DA DIVISÃO TERRITORIAL DAS EQUIPES NO ACOMPANHAMENTO
DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA NO ÂMBITO DO
PAEFI DO CREAS ZNO/M DE SANTOS**

Trabalho de conclusão do Curso de Especialização em Garantia dos Direitos e Política de Cuidados à Criança e ao Adolescente apresentado à Universidade de Brasília (UNB) como requisito parcial para a obtenção do título de especialista.

Aprovada em: 07 março de 2022.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof.^a M.^a Rafaela Vilarinho Mesquita
(Orientadora)

Prof.^a Dra. Karla Christina Batista de França
(Examinadora externa)

RESUMO

O presente trabalho tem por questão central compreender quais são os impactos da divisão territorial das miniequipes no acompanhamento de crianças e adolescentes vítimas de violência no âmbito do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) do Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS) - Zona Noroeste e Morros (ZNO/M) do município de Santos, situado no litoral de São Paulo. Para isso, além de pesquisas bibliográficas que fazem a fundamentação teórico-metodológica, foram realizadas 9 entrevistas com profissionais que atuam no referido serviço, que possuem diferentes cargos e formações. A coleta de dados e sistematização das informações aconteceu entre os meses de janeiro e fevereiro do ano de 2022. A partir das entrevistas foi possível perceber que os trabalhadores entendem que a divisão territorial colabora positivamente no trabalho executado, considerando que possibilita um olhar mais aproximado e integral para as necessidades e potencialidades das famílias e presentes nos espaços, bem como colabora para o estreitamento da relação com a rede de serviços. Apontam-se também alguns aspectos negativos e nós críticos que merecem atenção. No que tange especificamente ao acompanhamento de crianças e adolescentes com violações de direito, a metodologia de trabalho aplicada é igualmente entendida como favorável pela equipe entrevistada.

Palavras-chave: Território. Violências. Crianças e adolescentes. Assistência social. Garantia de direitos.

LISTA DE SIGLAS

CF	Constituição Federal
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado em Assistência Social
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
Lista TIP	Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
NIAS	Núcleo de Integração e Assistência Social
NOB	Norma Operacional Básica
NOB-RH	Norma Operacional Básica de Recursos Humanos
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PAEFI	Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos
PNAS	Política Nacional da Assistência Social
PSB	Proteção Social Básica
PSE	Proteção Social Especial
SP	São Paulo
SUAS	Sistema Único da Assistência Social
ZL	Zona Leste
ZNO/M	Zona Noroeste e Morros

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
1.1 TERRITÓRIO, VIOLÊNCIAS E ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	10
2 METODOLOGIA	15
3 UM OLHAR PARA O CREAS ZONA NOROESTE E MORROS DE SANTOS	17
4 CONCLUSÃO	27
REFERÊNCIAS.....	29
APÊNDICE A – ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA	32
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	33

1 INTRODUÇÃO

Durante muito tempo na história, crianças e adolescentes foram alvos de inúmeros tipos de violência por parte de suas próprias famílias e/ou da sociedade, especialmente aqueles que não tinham pais e geravam ônus para o Estado, sendo sua trajetória marcada por crueldades, opressões, castigos físicos, torturas psicológicas, até mesmo homicídio, muitas vezes sob o pretexto de educar. Esse cenário passou a mudar a partir da ampliação das discussões e dos estudos de diferentes áreas sobre a infância, passando da percepção das crianças de adultos em miniatura para pessoas em desenvolvimento e sujeitos de direito (ARIÉS, 1981; MINAYO, 2001).

No contexto brasileiro, a função do Estado passou por inúmeras mudanças, sendo ele atualmente responsável por promover o bem-estar dos cidadãos através de metas, planos e ações, que são políticas públicas (CALDAS, 2008). No que tange ao enfrentamento das violências contra crianças e adolescentes, as políticas públicas cumprem um papel essencial para a preservação dos direitos expressos em lei, tais como o direito à vida, à saúde, ao lazer, à educação, à cultura, à alimentação, entre outros (BRASIL, 1990).

Nesse sentido, em âmbito nacional, a Constituição Federal (CF) de 1988 (BRASIL, 1988), conhecida como Constituição Cidadã devido ao reconhecimento e alargamento dos direitos da população e deveres do Estado, é um marco importantíssimo no ordenamento jurídico atual e fundamental para o estabelecimento do Estado democrático de direito. Em seu texto, direitos como saúde, educação, habitação, previdência social, trabalho, lazer e voto direto e secreto estão previstos, bem como assistência social.

Após a promulgação da CF (BRASIL, 1988), outros dispositivos legais, a exemplo de normativas, decretos e resoluções, foram elaborados com objetivo de ampliar e tipificar os direitos, tanto por conta da existência de incompatibilidades entre a nova constituição e o antigo repertório legal quanto porque houve a ampliação dos direitos sociais a partir do recém-criado texto, que era superficial e abrangente. Assim, além da própria Constituição, é importante citar outros dispositivos relevantes para o presente trabalho e para o contexto atual, tais como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), estabelecido pela Lei Federal nº 8.069/90 (BRASIL, 1990); a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), pela Lei

Federal nº 8.7423/93 (BRASIL, 1993); a Política Nacional da Assistência Social (PNAS) (BRASIL, 2004); a Norma Operacional Básica do SUAS (NOB/SUAS) (BRASIL, 2005); a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/SUAS), pela Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social nº 269/2006 (BRASIL, 2006); a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, pela Resolução nº 109 do Conselho Nacional da Assistência Social de 2009 (BRASIL, 2009).

Conforme preconizado pela CF (BRASIL, 1988) e reafirmado pelo ECA (BRASIL, 1990), a família, o poder público e a sociedade são responsáveis por garantir, com absoluta prioridade, os direitos fundamentais de crianças e adolescentes, considerando sua peculiar condição de pessoas em desenvolvimento, colocando-os a salvo de quaisquer violências e opressões. Para alcançar tal intento, o Estado conta com diferentes políticas públicas e, dentre elas, a assistência social, destinada à parcela da população que dela necessitar, sendo que alguns grupos de pessoas têm maior destaque no que tange à proteção integral, tais como crianças, adolescentes e idosos.

Em linhas gerais, a partir da PNAS (BRASIL, 2004), a reorganização da assistência social divide os serviços em dois grandes grupos: Proteção Social Básica (PSB) e Proteção Social Especial (PSE). A PSE é, ainda, subdividida em dois outros grupos, chamados de Média e Alta Complexidade, estando o Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS) na Média Complexidade.

Dentro da unidade CREAS, o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) é destinado ao atendimento de famílias e indivíduos, em situação de ameaça ou que tiveram seus direitos violados em decorrência da violência física, psicológica e/ou sexual, negligência, abandono, tráfico de pessoas, situação de rua, trabalho infantil, afastamento do convívio familiar devido à medida socioeducativa ou medida protetiva, discriminação em razão da orientação sexual e/ou raça/etnia, entre outras. Tem como objetivos, dentre outros, contribuir para fortalecimento da função protetiva da família e da autonomia dos indivíduos, para o rompimento do ciclo de violências intrafamiliares e para reparação de danos e prevenção de reincidência das violações de direitos (BRASIL, 2009).

Para realizar o acompanhamento familiar, a NOB-RH/SUAS (BRASIL, 2006) preconiza a existência de uma equipe mínima de trabalhadores, que precisam compor as unidades de acordo com o porte dos municípios, o número de famílias e

indivíduos que são referenciados e o atendimento prestado. As equipes de referência devem ser compostas por servidores efetivos que fazem a organização e oferta de serviços, projetos, programas e benefícios.

Muniz (2012) pontua que a mudança do trabalho individual para o trabalho em equipe constitui uma importante transformação na atuação profissional devido à especificidade e complementaridade dos saberes e habilidades, sendo inclusive uma necessidade em razão da complexidade do mundo contemporâneo. Segundo a autora, o trabalho em equipe prevê um objetivo compartilhado, bem como um projeto comum.

No que concerne ao campo da pesquisa, Santos, cidade do Estado de São Paulo (SP), é considerado polo para desenvolvimento regional devido a sua intensa atividade portuária, que gera inúmeros empregos e eleva a arrecadação de impostos, sendo importante salientar que a região metropolitana da Baixada Santista teve um crescimento exponencial no número de habitantes desde a década de 1950.

Santos é uma das 5 cidades de grande porte da região, classificação que considera o número de habitantes, a complexidade da economia, a oferta de empregos e de serviços públicos e a migração de pessoas em busca de trabalho. Assim, a rede socioassistencial deve contar com maior infraestrutura tanto na proteção social básica quanto na proteção social especial (SÃO PAULO, 2016; BRASIL, 2004).

O município possui duas unidades CREAS, uma que atende o território da Zona Leste (ZL) e Área Continental e outra que atende o território da Zona Noroeste e Morros (ZNO/M). No CREAS ZNO/M, as equipes de referência são divididas para atender às famílias utilizando as mesmas divisões territoriais das unidades Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), ficando uma equipe de técnicos de referência para cada conjunto de bairros atendidos por uma ou duas unidades de CRAS e/ou Núcleo de Integração e Assistência Social (NIAS).

Assim, em linhas gerais, o presente artigo objetiva compreender quais são os impactos que essa metodologia de trabalho causa no acompanhamento das famílias referenciadas no CREAS ZNO/M. Como objetivos específicos, pretende-se investigar os aspectos positivos e negativos da divisão das equipes por território, além de refletir acerca de se essa divisão colabora para o atendimento técnico, se contribui para o estreitamento da relação com a rede de serviços do território e se existe maior troca de saberes entre profissionais de formações distintas,

contribuindo ou não para a superação da violência vivenciada por crianças e adolescentes nos territórios atendidos.

Cabe ressaltar que não é pretendido, através desse texto, ser capaz de sanar todas as questões que envolvem a temática, visto que são inúmeras e, por vezes, refletem anos de uma determinada forma de fazer profissional. A proposta se resume em trazer elementos e experiências para debate, que visam contribuir para a reflexão dos interessados.

1.1 TERRITÓRIO, VIOLÊNCIAS E ASSISTÊNCIA SOCIAL

De acordo com Colussi e Pereira (2016), a palavra território advém do latim, *territorium*, que quer dizer “terra que pertence a alguém”. Popularmente, território é considerado como uma delimitação de um espaço geográfico, a exemplo da divisão de bairros, cidades, regiões, estados ou países. Contudo, não existe uma única definição para o termo, visto que diversos autores ou áreas do saber, a exemplo da assistência social, saúde, geografia, sociologia, economia, entre tantas outras, possuem concepções diferentes e/ou complementares.

Assim, tanto o sentido teórico quanto os espaços propriamente ditos estão permanentemente em processo de (re)construção a partir das mudanças constantes, ocasionadas pela evolução de sua história, englobando também o trabalho humano, não sendo algo fixo ou inalterável (COLUSSI; PEREIRA, 2016; DINIZ, 2017).

Independente de fronteiras geográficas ou extensão, território pode ser compreendido através das relações sociais e humanas, sobretudo as relações de poder, posse ou domínio nele existentes, que são produzidas e reproduzidas cotidianamente pelos diferentes atores sociais. Sua ocupação pela população acontece de acordo com semelhanças econômicas, sociais, demográficas, culturais e políticas, fatores complexos e determinantes para a ocorrência das desigualdades sociais e ambientais. Assim, compreender o território é compreender as dinâmicas que ele possui, o seu uso e os sentimentos de pertencimento e de identidade de quem vive nele, sendo que ele se torna, simultaneamente, produto e produtor dessas desigualdades (ANDRADE, 2015; COLUSSI; PEREIRA, 2016; DINIZ, 2017).

O território não deve ser observado isoladamente, pois é através do cotidiano que se depreendem eventos, experiências, relações, movimentos, afetos, trocas, particularidades, contradições e semelhanças, fatos que devem ser considerados no momento dos atendimentos. Nessa lógica, após entender as expressões da questão social impostas pelo mundo capitalismo e vivenciadas pelos usuários nos territórios, os profissionais devem buscar a coletivização das demandas e o reconhecimento do SUAS, objetivando a prevenção das vulnerabilidades sociais (RIZZOTTI, 2011; ANDRADE, 2015; DINIZ, 2017).

Apesar de compartilharem o mesmo espaço, os atores podem possuir modos de vida, relações sociais, ambientais e profissionais variados, com interesses e forças distintas, capazes de ocasionar conflitos (COLUSSI; PEREIRA, 2016). Nesse mesmo sentido, Diniz (2017) aponta o território como local onde são vivenciadas as violências, escolhas, ameaças, vulnerabilidades, apoio, potencialidades e superações, devendo ser entendido a partir das marcas e significações resultantes do uso coletivo, independentemente do tamanho dos territórios e das características populacionais que o ocupam.

Dessa forma, crianças e adolescentes estão inseridas nos territórios, vivenciando inúmeros processos, inclusive os de violência. Assim, adentrando nessa temática, de acordo com Minayo (2001; 2006), a violência estrutural é aquela decorrente das condições sociais, históricas e econômicas, perpetuada nos micro e macroprocessos, que (re)produz situações de vulnerabilidade, expressas pela presença de crianças e adolescentes em situação de rua, pelo trabalho infantil, e pela institucionalização, seja em acolhimentos institucionais, seja em razão da prática de atos infracionais.

A violência contra a criança e o adolescente é um fenômeno social, político e cultural complexo, com múltiplos sentidos e expressões, presente em todas as classes sociais, e acontece independentemente do sexo da vítima ou do agressor. Frequentemente ela é permeada por tabus, questões culturais, culpabilização das vítimas e relações de poder, em que o adulto ou pessoa mais forte exerce um papel de apropriação, dominação, sedução ou persuasão da pessoa tida como mais fraca. Pode ser caracterizada como uma ação ou omissão que provoque dano físico, psicológico ou sexual, podendo ser praticado pelos genitores, familiares, responsáveis, pessoas do convívio ou desconhecidos e tendo como local de

ocorrências o interior das residências e instituições ou, ainda, logradouros públicos (MINAYO, 2001; FALEIROS, 2009).

De acordo com Minayo (2001; 2006), a violência interpessoal possui duas expressões: a comunitária, que ocorre entre conhecidos ou desconhecidos no ambiente social, e a intrafamiliar, que frequentemente é tida como forma de comunicação e de relação, sendo seu diagnóstico dificultado por ela ocorrer na esfera privada, envolvendo complexas relações familiares.

Algumas das manifestações mais frequentes da violência contra crianças e adolescentes são: violência física, sexual, psicológica, negligência, vivência de rua e trabalho infantil, além de afastamento do convívio familiar e comunitário.

A violência física é a ação feita através do uso da força física ou uso de objetos, pode causar desde dores leves a ferimentos, havendo um sofrimento. Já a violência ou tortura psicológica ocorre através de ameaças, dominação, discriminação, depreciação ou anulação de esforços, provocando prejuízos ao desenvolvimento pleno das crianças e adolescentes, incluindo a alienação parental (MINAYO, 2001; 2006; BRASIL, 2017).

A violência sexual consiste no ato ou jogo sexual feito por um ou mais adultos envolvendo menores de idade, em relações hetero ou homossexuais, que tem como objetivo obter estímulo para si ou para terceiros. Tem como principais agressores pai, padrasto, pessoas conhecidas que convivem com a família, ou ainda policiais e companheiros, podendo resultar em gravidez precoce e indesejada e casos de aborto inseguro. As pessoas vitimizadas sofrem com traumas e desencadeiam sofrimentos com sintomas psicológicos e físicos. O termo abrange também a exploração sexual, que é compreendida como o uso do corpo da criança ou do adolescente visando benefício, lucro ou compensação, podendo ocorrer em meio físico ou eletrônico e estar ligada à fragilidade dos vínculos familiares, à pobreza, à migração, a mortes, ao desemprego e a outras violências (MINAYO, 2001; 2006; FALEIROS, 2009; BRASIL, 2017).

A negligência pode ser entendida como uma omissão ou ausência de pais, familiares, responsáveis ou sociedade no provimento das necessidades básicas de uma criança, tais como alimentação, educação ou saúde. Nesse sentido, é importante destacar que a negligência não pode ser confundida com a ausência de recursos decorrente das desigualdades sociais existentes no país (MINAYO, 2001).

Por trabalho infantil entende-se a realização de tarefa, remunerada ou não, por crianças e adolescentes com idade mínima menor do que a preconizada pela legislação vigente. De acordo com a CF (BRASIL, 1988) e o ECA (BRASIL, 1990), no país, o trabalho para menores de 14 anos é proibido, permitido, após a referida idade, na condição de aprendiz. Além disso, é proibido o trabalho noturno, insalubre e penoso aos menores de 18 anos. A partir do disposto na Convenção nº 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT, 1999), que versa sobre a proibição das piores formas de trabalho infantil, o Brasil promulga o decreto nº 6.481/2008, que apresenta a Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil (Lista TIP). Dentre as piores formas de trabalho infantil listadas aparecem os trabalhos na construção civil, domésticos, nas ruas e o tráfico de drogas.

No que diz respeito à assistência social, Diniz (2017) aponta que o território é elemento fundamental nesse âmbito, inclusive expresso através da descentralização político-administrativa do Estado. A compreensão, o diagnóstico e a análise das necessidades encontradas no território são fundamentais para o processo de planejamento, intervenção, execução e vigilância socioassistencial das ações, que não podem ser descoladas da realidade e dos interesses dos sujeitos que ocupam esses espaços, objetivando garantir o acesso aos direitos socioassistenciais. É a partir do olhar para o território e dos inúmeros questionamentos gerados que é possível instrumentalizar o trabalho social.

De acordo com Muniz (2011), cada vez mais os sujeitos demandam apoio de outras pessoas para conquistar suas metas, estabelecendo uma (inter)dependência do outro, visto que os conhecimentos e as habilidades são complementares. Nessa mesma perspectiva, importante salientar que uma política social isolada das outras não consegue (e sequer pretende) garantir os direitos universais dos cidadãos, sendo de suma importância o trabalho intersetorial, realizado através da articulação com movimentos e organizações e da integração das redes públicas e privadas (que realizam atendimento ao público) encontradas no território (RIZZOTTI, 2011; CARVALHO; SILVEIRA 2011).

Assim, no que tange ao trabalho em equipe no âmbito do SUAS, os diferentes saberes e éticas profissionais não são hierarquizados, devendo coexistir em harmonia e complementaridade no cotidiano profissional, criando uma composição rica com vistas à constante troca interdisciplinar e à produção de conhecimentos transdisciplinares (CARVALHO; SILVEIRA, 2011; RIZZOTTI, 2011; KOGA, 2011).

Cada categoria profissional deve dominar profundamente suas bases teóricas, metodológicas, éticas e políticas, evidenciando a compreensão de seu papel na política e, inclusive, enxergando as diferentes atribuições que podem ocupar nos espaços sócio-ocupacionais distintos, a fim de não sobrepor trabalho já realizado por outrem, duplicando os atendimentos, ou, ainda, alargar lacunas e falhas já existentes.

A partir da criação de vínculos, sustentados pelo direcionamento ético-político, os profissionais se tornam referência para famílias, indivíduos e demais profissionais atuantes nas redes de atendimento presentes no território (RIZZOTTI, 2011).

Ainda no que concerne à formação das equipes técnicas, a NOB RH/SUAS (2006) estabelece, em seu texto, a capacidade máxima de indivíduos que podem ser mantidos em acompanhamento e a composição mínima da equipe de trabalhadores exigida, considerando o porte do município e o serviço ofertado, tanto na proteção social básica quanto na proteção social especial. De acordo com a referida normativa, para municípios com gestão plena, tendo as unidades capacidade para atendimento de 80 indivíduos, a equipe deve ser composta por 1 coordenador, 2 assistentes sociais, 2 psicólogos, 4 profissionais de nível superior ou médio (abordagem dos usuários) e 2 auxiliares administrativos.

Contudo, conforme apontado por Muniz (2011), os territórios que possuem maiores situações de risco, violação de direitos e vulnerabilidade devem contar com um número maior de profissionais, cabendo à gestão essa organização a partir dos dados sistematizados pela vigilância socioassistencial.

Uma área de abrangência extensa dificulta os atendimentos, seja devido ao grande volume de atendimentos necessários, seja pela pouca quantidade de serviços ofertados ou ainda pelo sucateamento do serviço, tanto no que tange aos recursos humanos quanto aos recursos materiais e às instalações físicas. Além disso, o trabalho burocrático consome grande parcela do tempo dos trabalhadores (ANDRADE, 2015).

2 METODOLOGIA

Para elaboração do presente trabalho, além da realização de pesquisa bibliográfica, que tem por objetivo apresentar o referencial teórico-metodológico, ainda foi realizada pesquisa de campo (vide apêndice A), de abordagem qualitativa, que se concentrou em entrevistas realizadas com os profissionais de nível superior e médio (técnicos, chefia e/ou operadores sociais) que atuam diretamente no atendimento a crianças, adolescentes e suas famílias, inseridos no PAEFI do CREAS ZNO/M de Santos.

Como questão central da pesquisa de campo, desponta a compreensão de quais são os impactos que a divisão em miniequipes por território acarreta aos acompanhamentos das famílias referenciadas no PAEFI do CREAS ZNO/M de Santos. Como questões complementares, o entendimento de quais são os aspectos positivos e negativos dessa metodologia de trabalho, qual a contribuição na relação com a rede de serviços, se ela colabora de alguma forma para o acompanhamento familiar, sobretudo aqueles que possuem crianças e adolescentes com direitos violados.

Atualmente, a equipe PAEFI é composta por 11 técnicos (sendo sete assistentes sociais e quatro psicólogos), quatro operadores sociais e uma estagiária de serviço social, além da chefia geral, que possui formação em serviço social e coordena os serviços de medidas socioeducativas, PAEFI, administrativo e demais trabalhadores da unidade. Desse universo, pretendeu-se entrevistar ao menos quatro trabalhadores, sendo um de cada cargo (psicólogo, assistente social e operador social), considerando que as atribuições e formações são distintas, o que pode impactar a leitura crítica de mundo/conjuntura, nos vínculos que criam e no trabalho que executam.

Para a coleta de dados, a partir de entrevistas individuais realizadas entre 01 e 09 de fevereiro de 2022, foi utilizado instrumental semiestruturado, com perguntas abertas, dissertativas, havendo respostas tanto através de formulário em plataforma *on-line* quanto através de gravações de áudio. Ao menos um membro de cada miniequipe participou da pesquisa.

Foram entrevistados um total de 9 profissionais, 4 do sexo masculino e 5 do sexo feminino, sendo 4 assistentes sociais, 3 psicólogos, 1 operador social e a

chefia da unidade, que também já atuou como técnica de referência em uma das equipes.

Os trabalhadores que optaram por participar da pesquisa deram sua anuência através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, e suas identidades e respostas foram preservadas em total anonimato durante o processo e na ocasião da publicação da pesquisa.

3 UM OLHAR PARA O CREAS ZONA NOROESTE E MORROS DE SANTOS

No CREAS ZNO/M, a divisão dos acompanhamentos é feita a partir do território de moradia da família no momento do referenciamento técnico no serviço, sendo a equipe PAEFI subdividida em quatro equipes de trabalho, a saber: Equipe Morros, que atende os territórios de abrangência do CRAS São Bento e CRAS Nova Cintra; Equipe Rádio Clube, que atende o território do CRAS homônimo; Equipe Alemoa, que atende o CRAS Alemoa e NIAS São Manoel; Equipe Bom Retiro, que atende o território do CRAS Bom Retiro e NIAS Jardim Castelo, que atualmente está em processo de implementação.

A composição das equipes conta com um profissional de nível médio, chamado de “operador social”, além de dois ou três profissionais de nível superior, chamados “técnicos” independente da formação em serviço social ou psicologia. Via de regra, as equipes possuem ao menos um psicólogo e um assistente social para composição, com exceção de uma das equipes, constituída apenas por uma dupla de assistentes sociais. Uma das equipes aguarda a chegada de um operador social para compor o trabalho, contando com o apoio dos demais operadores quando necessário.

A pesquisa fora realizada no mês de fevereiro de 2022, através de plataforma *on-line* e gravações de áudio, contando com um total de 9 entrevistados.

Com relação ao tempo de atuação no serviço, as respostas variaram entre 3 meses e 7 anos, sendo que sete desses profissionais estão no serviço PAEFI há mais de 3 anos, o que evidencia um tempo considerável de atuação. Apenas duas entrevistadas possuíam experiência anterior em unidade CREAS, sendo uma delas em serviços de medidas socioeducativas, em dois municípios distintos, e a outra no PAEFI, em que a divisão dos acompanhamentos se dava em “criança e adolescentes” e “adulto”, identificado no momento da solicitação de referenciamento.

A partir da entrevista realizada foi possível fazer um breve resgate histórico sobre a trajetória da divisão do trabalho em miniequipes no CREAS ZNO/M:

Eu vivi uma história dentro do CREAS. Quando eu cheguei lá, as divisões de atendimento eram feitas por violação. Não existiam equipes que trabalhavam juntas, eu passei por essa transição. A partir do momento que eu tive uma dupla, eu, como psicólogo, tive uma dupla assistente social e a gente começou a trabalhar junto, a gente começou a se aproximar mais do território, até por iniciativa

nossa mesmo, não era nem de serviço [...]. Percebemos que muitos dos nossos casos, que no caso eram de trabalho infantil, estavam concentrados em território, isso já queria dizer alguma coisa sobre aquele território. Então, tudo isso passou a ser uma construção nossa, uma construção que a gente estava fazendo ali, com nossa própria experiência do dia a dia e com a nossa iniciativa de trabalhar na lógica psicossocial. A gente foi sentindo um aumento na qualidade do trabalho e a partir também de algumas provocações que aconteciam até pelas nossas capacitações, que nós tínhamos na época (que aliás é uma alguma coisa que também sinto muita falta) que seria uma estratégia para a gente poder superar as dificuldades [...].

[Nas capacitações] surgem essas provocações, de uma forma que não são simples diálogos, mas que são, de repente, em atividades que as pessoas se sensibilizam e consigam entender a importância desse tipo de metodologia de trabalho. A partir disso também começou a haver essa proposta da divisão nas equipes territoriais no PAEFI. Embora a gente hoje ainda tenha muitas dificuldades, se a gente for pensar no que acontecia há 6 anos atrás, que era atendimento individual de profissionais com qualquer que fosse o território, uma coisa bastante fragmentada, para não dizer esquizofrênica, eu acho que houve uma melhora muito grande. A gente não pode perder de vista esse fio condutor que proporcionou essa melhora, a gente não pode deixar que isso se desmonte. Já existe toda uma política de desmonte de modo geral na assistência, então acho que aquilo que a gente conquistou até agora, a gente precisa tomar muito cuidado para que a gente não perca. (Entrevistado 8).

A respeito dos processos de capacitação citados acima, cabe ressaltar a importância da educação permanente destinada aos trabalhadores do SUAS como estratégia para superação das dificuldades vivenciadas no cotidiano profissional, bem como forma de ampliação do repertório para lidar com as diferentes expressões da questão social. De acordo com o Política Nacional de Educação Permanente do SUAS (BRASIL, 2013, p. 34):

Entende-se por Educação Permanente o processo contínuo de atualização e renovação de conceitos, práticas e atitudes profissionais das equipes de trabalho e diferentes agrupamentos, a partir do movimento histórico, da afirmação de valores e princípios e do contato com novos aportes teóricos, metodológicos, científicos e tecnológicos disponíveis. Processo esse mediado pela problematização e reflexão quanto às experiências, saberes, práticas e valores pré-existentes e que orientam a ação desses sujeitos no contexto organizacional ou da própria vida em sociedade.

Nessa perspectiva, supervisão técnica merece destaque, uma vez que tem por finalidade o apoio e acompanhamento das equipes no desenvolvimento de suas

funções, permitindo a troca de experiências com profissionais qualificados e colegas a partir de estudos e reflexões, contribuindo com a qualidade dos serviços prestados e visando à criação de soluções e superação das dificuldades vivenciadas (BRASIL, 2013).

Ainda sobre o resgate histórico da construção do trabalho em equipe no CREAS ZNO/M, em outro momento da narrativa, o mesmo entrevistado traz importantes considerações a partir de sua experiência acerca dos atendimentos destinados às famílias e a relação com a rede de serviços:

Pensando como eu passei pela época em que não existisse atendimento territorializado e que depois passou a existir, a divisão das equipes possibilitou que a gente se aproximasse de muitos casos que, por exemplo, a gente tinha dificuldade de se aproximar anteriormente. Teve famílias que a gente só conseguiu começar o atendimento depois que a gente fez uma ação em conjunto com o CRAS no território. Isso foi de essencial importância para que a gente se aproximasse da família. [...] Por exemplo, quando a gente tem um atendimento da lógica ambulatorial, da gente fica chamando família para vir ao CREAS, às vezes, a gente se sente como muitos falam, “enxugando gelo” ou “correndo atrás do rabo”, enfim, às vezes a gente sente que não consegue evoluir, faz combinados com a família e, de repente, por N motivos as coisas não acontecem, a gente refaz, [...]. Então fico pensando qual é o sentido do nosso trabalho. Eu acho que, dentro do CREAS, se a gente não se aproximar do território, se não pensar em promover atividades que vão para além dessa lógica de atendimento, eu acho que talvez o nosso trabalho não esteja fazendo tanto sentido. A partir do momento que a gente conseguiu ultrapassar essa barreira de sair das paredes do CREAS e estar junto do território, estar desenvolvendo atividades que as famílias se identifiquem, construir suas atividades junto às famílias, logicamente, a partir daí gente se aproximou mais do objetivo do nosso trabalho, que também é fortalecer vínculos, que também a pensar em possibilidades de superação das questões vivenciadas, de muita violência, de históricos extremamente violentos, não só intrafamiliares, mas também do Estado para com as famílias e tentar também promover a autonomia das famílias e uma aproximação dela, com seus direitos de cidadania.

Especificamente sobre o atendimento a crianças e adolescentes realizado atualmente, a maioria dos entrevistados entende que a divisão territorial de equipes colabora para o acompanhamento familiar e consequente superação da violação de direitos vivenciada. Dentre os motivos, ressalta-se: a aproximação e vinculação com as famílias acompanhadas; o melhor conhecimento dos equipamentos públicos e privados, possibilitando maiores articulações com os atores da rede e a desburocratização do trabalho; maior reconhecimento das especificidades do

território; realização de grupos de adolescentes que residem no mesmo espaço e possuem vínculos anteriores; permite que a ação seja mais próxima da realidade concreta das crianças e adolescentes a partir do mapeamento do território, considerando as características socioculturais, colaborando no levantamento das possíveis causas geradoras da violência e norteador ações necessárias para superar a violação em cada território.

Sobre a colaboração da divisão territorial do trabalho considerando o atendimento a crianças e adolescentes, destacam-se as considerações feitas em três entrevistas:

Colabora principalmente na construção de vínculos comunitários e afetivos, ou seja, na aproximação e/ou no reconhecimento daquele serviço/espaço ou daquela equipe enquanto referência de cuidado e proteção social para as famílias e indivíduos que vivenciam situações de violações de direitos. (Entrevistada 6).

[...] possibilita conhecer melhor os existentes no local de moradia daquela família, propicia aos técnicos um maior aprofundamento acerca dos processos sócio-histórico-culturais de cada região, contribuindo assim com a apuração do olhar do profissional para as violações de direitos presentes naquele ambiente. Dessa forma, também contribui com um melhor atendimento aos indivíduos uma vez que as equipes do PAEFI geralmente se tornam próximas dos demais trabalhadores que compõem a rede de atendimento, sejam eles professores das escolas, enfermeiras das UBSs, comerciantes locais, lideranças comunitárias, dentre outros. Sendo assim, em resumo, a divisão territorial torna-se um qualificador às respostas institucionais e profissionais a determinadas demandas, geralmente vinculadas às expressões da questão social, que emergem/incidem com maior ou menor frequência em determinado território. (Entrevistada 5).

acredito que sim, porque a forma como as pessoas se relacionam [...] tem a ver com as relações, a forma como as relações que estabelecem, a posição que o sujeito assume diante das relações e aí, nesse sentido, pensar um acompanhamento no âmbito familiar e comunitário acho que ele é de extrema relevância, porque é uma possibilidade de a gente entrar em contato com as relações, entrar em contato com a forma como o sujeito se posiciona nas relações, ampliar a capacidade ou a possibilidade do próprio sujeito de compreender suas relações, seu modo de se relacionar, enfim, operando nesse sentido da dilatação da compreensão, sabe? (Entrevistada 9).

Nessa mesma perspectiva, cabe destacar a síntese de Diniz (2017, p. 25):

É no lugar territorial, no chão das relações sociais, que a vida se produz e se reproduz, onde é possível perceber as capacidades protetivas, as mediações arquitetadas para a vivência e sobrevivência. É o espaço de ocorrência das vulnerabilidades, ameaças, violência, potencialidades, processos de ajuda, sociabilidades e outras múltiplas expressões das relações humanas e sociais.

Uma das entrevistadas acredita que a divisão dos atendimentos de acordo com as violações de direito sofridas é mais indicada para o acompanhamento de crianças e adolescentes, visto que possibilitaria uma integração e maior fortalecimento da rede de serviços. Tal entendimento possivelmente está atrelado à concepção de que os especialismos dariam maiores e mais qualificadas respostas às demandas trazidas pelo público atendido, considerando os estudos aprofundados em uma área específica do saber/fazer. Contudo, cumpre pontuar que a divisão territorial dos acompanhamentos não exclui, em hipótese alguma, a necessidade da continuidade do aperfeiçoamento profissional, bem como a existência e importância de trabalhadores especialistas em determinada área, visto que isso permite a troca e complementaridade dos saberes. Nessa lógica, reflete Rizzotti (2011, p.78/79):

No que concerne à proposição da interdisciplinaridade a partir da organização das áreas de conhecimento pode-se dizer que o caminho a ser seguido conta com o fim da hierarquização das áreas de conhecimento. Ao mesmo tempo, os esforços deverão construir caminhos de saberes transdisciplinares que reconhecem, tanto a complexidade da realidade social, quanto a garantia de proteção que são campos que não podem prescindir da visão multifacetada.

Acerca dos aspectos positivos da divisão em miniequipe por territórios, todos os entrevistados apontaram, em suas respostas, aspectos favoráveis acerca dessa metodologia de trabalho, tais como: maior vínculo e aproximação com os usuários e com a rede; melhoria do processo de escuta e acolhida aos atendidos; compartilhamento de saberes e responsabilidades no acompanhamento familiar; maior efetividade e eficácia nas ações desenvolvidas; mais informações sobre entidades de atendimento; maximização dos conhecimentos acerca da realidade social; desenvolvimento de habilidade de trabalho em equipe e em/com grupos; e conhecimento mais aprofundado sobre as características socioculturais do território, ampliando o entendimento de como o grupo se organiza e se mantém, permitindo a

construção de um plano de trabalho voltado para especificidade daquele território e considerando suas características e as oportunidades que oferece.

Nesse sentido, reflete a Entrevistada 7:

Partindo disso, a metodologia de trabalho foi necessária também para que as formas mais tradicionais de atuação fossem repensadas, esquecendo aquele discurso de que “sempre fiz assim, e sempre deu certo”. Trabalhar em mini equipe é permitir-se (coletivamente) a mudança, ser capaz de sentar-se em outra cadeira, em outra mesa, mudar os caminhos, ser criativo, tentar o novo, pois, como bem nos ensinou Clarice Lispector em seu poema Mude, a direção é mais importante que a velocidade. Quando o trabalho se torna uma “causa” pela qual se quer lutar e se acredita, certamente o profissional buscará novas estratégias de ações e terá maior comprometimento [...].

Complementarmente, aponta a Entrevistada 9:

[...] poder compartilhar a responsabilidade sobre os casos, que assim, com certeza vai ter algum momento e algum caso ou outro que a gente vai paralisar, porque, no momento em que a gente vai entrando em contato com a história do outro, dos sujeitos atendidos, em algum momento, algum ponto toca a gente de maneira singular, em algo que tem a ver com a nossa história. Então, às vezes a gente dá uma "emperrada", assim, né, não consegue sustentar o caso e, geralmente quando isso acontece, a gente fala que é usuário que está apresentando resistências, mas, do que eu vou entendendo e vou podendo estudar até agora, que a resistência é sempre de quem atende, porque tem a ver com os nossos próprios pontos cegos. Então, acho que uma grande vantagem do trabalho em equipe é a gente poder partilhar, poder ter a oportunidade de sair de cena em algumas questões que são importantes, poder ter o tempo mais recolhido [...].

Acerca da relação construídas pelas famílias com o território e com a comunidade em que vivem, a Entrevistada 9 menciona o relato feito por uma das pessoas acompanhadas pelo serviço:

[...] uma usuária nossa dizia que, durante a pandemia, não usava máscara dentro da favela, só para sair. E a gente [questionou] ‘mas por quê?’ [a usuária respondeu] ‘porque ali é todo mundo uma família só’. Então, acho que é isso, a gente precisa ampliar um pouco o modelo burguês de família, de uma casa, com espaços privados, com um homem, uma mulher e crianças. A perspectiva do território ajuda a gente a dissolver um pouco essa estrutura de casa, de família que a gente tem na nossa cabeça.

Conforme apontado pela própria entrevistada, o olhar que algumas pessoas possuem sobre as relações construídas no território vai além de uma “simples” convivência em um mesmo espaço. É o olhar da integração, do pertencimento, do sentimento de união, laços fortalecidos a partir da afetividade e independentemente da existência da consanguinidade e/ou parentalidade formal.

Como aspectos negativos dessa metodologia de trabalho, os entrevistados apontaram: falta de recursos humanos; rotatividade de profissionais na equipe; incompatibilidades das leituras da realidade; a divisão do trabalho, que por vezes provoca um isolamento das equipes; e diferentes formas de organização e execução do trabalho das miniequipes, que por vezes dificulta a troca entre os próprios servidores do CREAS e da rede. Sobre esse último aspecto, exemplifica o Entrevistado 8:

[...] um impacto negativo é que essa metodologia não é necessariamente absorvida pelo outro serviço do qual a gente depende na parceria, porque o CREAS exatamente não fica no território que a gente atua estritamente [...], de modo que a gente tem que se deslocar até aquele território. A gente também tinha esse costume de estar no CRAS, pelo menos uma vez por semana, na época que a gente tinha uma boa relação, e hoje isso não está mais acontecendo. [...] Depender de um entendimento da outra equipe e não ter uma metodologia mais comum a todos os serviços, eu acho que impacta na qualidade do desenvolvimento [...]. Não conhecer, às vezes, o trabalho da outra equipe ou não ter mais ou menos uma unidade, uma forma comum de trabalho entre as equipes do PAEFI, eu acho que isso também não é muito positivo, [...] essas divergências são estranhas, podem causar estranhamento para o usuário e eu acho que isso pode impactar, sim. Então, um aspecto negativo é não ter também algo um pouco mais padronizado, não sei se essa palavra é boa, mas algo que seja mais comum dentro do PAEFI e também entre o CREAS e os CRAS, que seja um planejamento com um interesse de toda a rede em trabalhar com esse viés que é preconizado na política de assistência, o trabalho territorializado e psicossocial.

Outros aspectos que apareceram não necessariamente como aspectos negativos, mas como pontos de impasse que merecem atenção: gestão do tempo; diálogo intenso e constante entre os profissionais; e necessidade de alinhamento de compreensões acerca das ofertas e demandas que cada situação envolve, requerendo, muitas vezes, uma tomada de decisão diferente do que ocorreria caso o trabalho fosse realizado individualmente. Nesse sentido, a Entrevistada 9 reflete: “quando você está trabalhando de maneira individual você faz as coisas do seu jeito,

da maneira como você acha melhor e, ao mesmo tempo, você tem que bancar uma solidão o tempo inteiro”.

Acerca dos impactos na relação com a rede setorial e intersetorial da divisão em miniequipe, uma das entrevistadas acredita que o impacto na relação com a rede setorial e intersetorial é negativo, devido ao fato das equipes serem reduzidas, tornando a relação pouco frequente.

Entretanto, a maioria dos entrevistados aponta a existência de aspectos positivos na relação das miniequipes com a rede de serviços, dentre eles: maior direcionamento e coerência das ações; estreitamento das relações e maior troca entre profissionais que estão inseridos dentro de um mesmo território, permitindo o reconhecendo enquanto parceiros e rede de apoio mútuo, embora com especificidades distintas; menor compartimentalização do indivíduo e da família, acolhendo suas necessidades de forma mais integral; e construção de espaços para discussões de acompanhamentos individuais, para discussões acerca do território e para planejamento de ações em conjuntos com a rede setorial e intersetorial.

No que concerne à amplitude territorial na atuação profissional, a Entrevistada 5 entende que:

Trabalhar com públicos de regiões muito amplas - e possivelmente diversas - não possibilita que o profissional de fato conheça com maior detalhamento as necessidades humanas e sociais daquele ambiente. A delimitação territorial contribui para esse aprofundamento, dando a possibilidade do profissional criar vínculos com os demais sujeitos envolvidos nos fluxos de determinados territórios, o que é fator primordial para o desenvolvimento do trabalho social com famílias de psicólogos, assistentes sociais e demais trabalhadores que podem compor o CREAS.

Especificamente sobre a equipe do serviço especializado em abordagem social de crianças e adolescentes, o Entrevistado 8 relata uma mudança observável na relação com o PAEFI:

[a equipe de abordagem] teve que entrar um pouco na nossa mudança, entender a forma que a gente tava propondo o trabalho, eu acho que teve um impacto muito positivo no sentido delas também poderem participar, trazerem contribuições de acordo com os meninos que essa equipe aborda, de qual território eles pertencem, ajudar a gente a pensar nesses diagnósticos e ações.

Dentre as estratégias promovidas para atuação nos territórios durante o acompanhamento familiar, destacam-se: reuniões e contatos telefônicos com equipe da proteção social básica; diálogos constantes com as equipes de escolas, unidades básicas de saúde (UBS), projetos sociais e lideranças comunitárias, ficando, por vezes, um trabalhador mais à frente dos contatos com determinada instituição a fim de estreitar ainda mais a relação criada; visitas institucionais e domiciliares, algumas vezes em conjunto com outros atores da rede; encaminhamentos assistidos; ações individuais e coletivas dentro do território; conhecimento da história da família/indivíduo com aquele território; e realização de levantamentos dos locais de maior incidência de determinadas violações e elaborar ações em grupo, dentro do próprio território, buscando envolver o máximo de famílias possível.

Com relação às estratégias para a superação das dificuldades encontradas no atendimento territorializado, as miniequipes apontaram: diálogo, compreensão, acolhida; conhecimento da história familiar e regional; conhecimento sobre o país e seus determinantes históricos; buscar atualização e aprimoramento profissional constantemente; presença constante no território atendido, visando o reconhecimento enquanto espaço ou equipe de proteção social; ações em conjunto com os serviços do território; construção e fortalecimento de vínculos com as famílias/indivíduos atendidas(os); e conhecimento das políticas de governo e de Estado.

Sobre a questão do vínculo entre usuários e profissionais, uma trabalhadora reflete que:

[apesar do PAEFI não possuir diferenciação entre atendimento e acompanhamento], na medida em que a gente consegue estabelecer um vínculo mais forte com a família, com sujeito atendido daquela família, a gente vai podendo fazer um acompanhamento de fato e não atendimento. Então, muito embora, em tese, a gente teria que acompanhar de maneira sistemática as famílias com, digamos assim, situações de maior risco e violação, na prática, a gente vai ver que não é possível, porque a família pode estar cheia de violação de direito, mas se a gente não consegue estabelecer um vínculo, não há acompanhamento possível. (Entrevistada 9).

Então, a partir desse entendimento ampliado sobre a importância do vínculo para o efetivo acompanhamento, aponta-se uma das estratégias usadas com as crianças e adolescentes no seu território de atuação:

[...] uma das coisas que a gente faz “abraçar”, tipo, tem uns dois adolescentes da mesma família, mas eles sempre andam em uns três ou quatro, que são amigos, vizinhos do território. A gente “abraça” todos eles nos atendimentos, nos grupos, a gente não abarca só os membros da mesma família, a gente vai abarcando esses outros, porque eles são do nosso território [...]

Além das estratégias acima mencionadas, outro aspecto apontado por uma trabalhadora é a importância de suporte psicoterapêutico, considerando que os trabalhadores do serviço atuam cotidianamente com diversas formas de violência. Não raro, é sabido que muitos desses servidores se afastam do serviço por esses motivos.

No que se refere ao impacto na qualidade dos atendimentos prestados, um dos profissionais, devido ao recente ingresso no serviço, não possuía parâmetros para comparar quais os efeitos dessa metodologia de trabalho. Outro profissional, apesar de atuar há alguns anos, referiu não conseguir mensurar a repercussão nos acompanhamentos.

Os demais participantes apontaram como resultados favoráveis: a visão ampliada da área de atuação; a individualização do sujeito atendido, contudo sem fragmentá-lo, observando-o de forma integral; o foco na superação das fragilidades e evidência nas potencialidades do território; a troca de experiência e apoio mútuo entre os integrantes da equipe; e o reconhecimento, por parte da família, de sua equipe de referência para contribuir na superação da violação de direitos.

4 CONCLUSÃO

Ao contemplar o conteúdo das entrevistas, percebeu-se que a maioria dos trabalhadores possui um alinhamento em suas respostas, havendo muita similaridade e complementaridade nos aspectos apontados.

Algumas palavras ou expressões chave aparecem constantemente nos discursos dos profissionais, a exemplo de “fortalecimento de vínculos”, utilizada para abordar a relação entre profissionais da rede e trabalhadores do serviço, entre os trabalhadores e famílias atendidas e acompanhadas, entre os membros de uma mesma família e/ou comunidade, ou ainda para expressar a ligação entre as pessoas (trabalhadores e usuários) e o território. Dessa maneira, compreende-se que vínculos são essenciais nas relações humanas, tanto para a criação e manutenção de relacionamentos positivos e emocionalmente saudáveis, para construção de uma rede de apoio, quanto para o aprendizado e reflexões.

As fragilidades e potencialidades do território também apareceram como respostas em diferentes perguntas. O território, conforme anteriormente pontuado, é o local onde se expressam as proteções e desproteções, onde acontecem as relações e as violências, devendo ser considerado ao se pensar nas diferentes expressões da questão social e nas soluções possíveis para os desafios vivenciados cotidianamente. Conforme explicitado por Andrade (2015, p.33) “Não podemos achar que a territorialização é a chave de todos os problemas, mas é um espaço de lutas e mobilização popular para alcançar melhores condições de vida desses sujeitos e suas famílias em situação de vulnerabilidade e risco social”.

Nota-se também que não é possível (e nem sequer desejável), pensar na criança e no adolescente sem pensar em sua família, nas relações que possuem e que se (re)constroem cotidianamente, nos diferentes espaços que ocupam.

A divisão dos acompanhamentos PAEFI em miniequipes aparenta evitar que haja a descontinuidade do atendimento nos casos onde os profissionais são afastados do serviço, seja por motivo de férias ou licenças, seja pela ocorrência de transferências ou exonerações. Assim, a criação de vínculos entre usuários e profissionais se dá em processos mais respeitosos e acolhedores, comumente mediados pela presença de figuras já conhecidas, que possibilitam a continuidade dos combinados de forma mais fluida.

Ao identificar a ocorrência de múltiplas violações de direitos em uma família, a metodologia de trabalho utilizada no PAEFI do CREAS ZNO/M permite que uma mesma equipe profissional intervenha no sentido de contribuir para o rompimento dos ciclos de violência intrafamiliares e transgeracionais, na prevenção da reincidência de violações de direito, fomenta o acesso aos serviços, evitando que haja o rompimento do acompanhamento e a necessidade de nova aproximação. Ao não fragmentar um indivíduo ou família em diferentes partes, ou, nesse caso, violações, é possível ter uma visão macro das demandas familiares, das necessidades de acesso e proteção e da reprodução histórica da violência.

A existência das equipes de referência requer o estabelecimento e reconhecimento de objetivos em comum e a construção de um plano de trabalho que considere as diferentes contribuições advindas dos saberes específicos de cada profissão. Permite a troca de experiências e saberes de forma complementar.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, E. **Serviços socioassistenciais**: o reordenamento do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos na proteção social básica do SUAS. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/156630/TCC%20Elena%20Andrade.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 20 jan. 2022.
- ARIÉS, P. **História social da criança e da família**. Tradução: Dora Flaksman. 2. ed. Editora LTC, 1981.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 22 dez. 2021.
- BRASIL, **Decreto nº 6.481**, de 12 de junho de 2008. Regulamenta os artigos 3o, alínea “d”, e 4o da Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação, aprovada pelo Decreto Legislativo no 178, de 14 de dezembro de 1999, e promulgada pelo Decreto no 3.597, de 12 de setembro de 2000, e dá outras providências. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6481.htm. Acesso em: 10 fev. 2022.
- BRASIL. **Lei nº 8.069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069Compilado.htm. Acesso em: 23 dez. 2021.
- BRASIL. **Lei nº 8.742**, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L8742compilado.htm. Acesso em: 22 dez. 2021.
- BRASIL. **Lei nº 13.431**, de 04 de abril de 2017. Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13431.htm. Acesso em: 07 fev. 2022.
- BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, 2004.
- BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica da Assistência Social – NOB/SUAS**. Brasília, 2005.
- BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos no Sistema Único de Assistência Social – NOB/ RH SUAS**. Brasília, 2006.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília: MDS, 2009. Disponível em: www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf. Acesso em: 22 dez. 2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Educação Permanente do SUAS**. 1. ed. Brasília: MDS, 2013.

CALDAS, R. W. (coord.). **Políticas Públicas: conceitos e práticas**. Belo Horizonte: Sebrae/MG, 2008. Disponível em: www.mp.ce.gov.br/nespeciais/promulher/manuais/manual%20de%20politicassociais.pdf. Acesso em: 01 fev. 2022.

CARVALHO, A. M. P.; SILVEIRA, I. M. M. A consolidação da assistência social como política pública no século XXI: o desafio da educação permanente como princípio estratégico na gestão do trabalho. *In*: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Gestão do trabalho no âmbito do SUAS: Uma contribuição necessária**. Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011.

COLUSSI, C. F.; PEREIRA, K. G. (org.). **Territorialização como instrumento do planejamento local na Atenção Básica**. Florianópolis: UFSC, 2016. Disponível em: https://ares.unasus.gov.br/acervo/html/ARES/13957/1/TERRITORIALIZACAO_LIVRO.pdf. Acesso em: 23 jan. 2022.

DINIZ, R. A. Território e análise socioterritorial: entendendo as complexidades relacionais do território. *In*: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, São Luís - MA, ago. 2017. **Sentidos territoriais e os trabalhadores da política de assistência social: dinâmicas e práticas entre chãos e gestão**. São Luís: UFMA, 2017. Disponível em: www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/mesas/sentidosterritoriaiseostrabalhadoresdasuadinasamicasepraticasentrechaosegestao.pdf. Acesso em: 22 jan. 2022.

FALEIROS, V. P. **A violência sexual contra crianças e adolescentes e a construção de indicadores: a crítica do poder, da desigualdade e do imaginário**. *SER Social*, [S. l.], n. 2, p. 37-56, 2009. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/12842. Acesso em: 01 fev. 2022.

SÃO PAULO. Secretaria de Desenvolvimento Social. **Plano Estadual de Assistência Social do Estado de São Paulo - PEAS 2016-2019**. São Paulo: SDS, 2016. Disponível em: <https://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/a2sitebox/arquivos/documentos/1321.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2022.

KOGA, D. H. U. Sentidos territoriais e os trabalhadores da política de assistência social: dinâmicas e práticas entre chãos e gestão. *In*: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, São Luís - MA, ago. 2017. **Sentidos territoriais e os trabalhadores da política de assistência social: dinâmicas e práticas entre chãos e gestão**. São Luís: UFMA, 2017. Disponível em:

www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/mesas/sentidosterritorialeostrabalhadoredosuasdinamicasepraticasentrechaosegestao.pdf. Acesso em: 21 jan. 2022.

MINAYO, M. C. S. Violência contra crianças e adolescentes: questão social, questão de saúde. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil** [online], v. 1, n. 2 [p. 91-102], 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1519-38292001000200002>. Acesso em: 02 fev. 2022.

MINAYO, M. C. S. **Violência e Saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/y9sxc/pdf/minayo-9788575413807.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2022.

MOTTA-ROTH, D.; HENDGES, G. R. **Produção textual na universidade**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

MUNIZ, Egli. Equipes de referência no SUAS e as responsabilidades dos trabalhadores. *In*: BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Gestão do trabalho no Âmbito do SUAS: Uma contribuição necessária para ressignificar as ofertas e consolidar o direito socioassistencial**. Brasília: MDS, 2012.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Convenção sobre Proibição das Piores Formas de Trabalho Infantil e Ação Imediata para sua Eliminação**. 1999. Disponível em: https://www.ilo.org/brasilia/convencoes/WCMS_236696/lang--pt/index.htm. Acesso em: 15 fev. 2022.

RIZZOTTI, M. L. A. O trabalho e os trabalhadores do SUAS: o enfrentamento necessário na assistência social. *In*: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Gestão do trabalho no âmbito do SUAS: Uma contribuição Necessária**. Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011.

APÊNDICE A – ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

- 1- Você concorda em participar da pesquisa?
Sim
Não
- 2- Nome completo
- 3- Contato (pode ser *e-mail* ou telefone)
- 4- Qual a função/cargo que você ocupa no CREAS ZNO/M?
- 5- Há quanto tempo você trabalha no referido serviço?
- 6- Esta é a sua primeira experiência de trabalho em unidade CREAS?
- 7- Caso essa não seja sua primeira experiência em unidade CREAS, como era feita a divisão dos acompanhamentos PAEFI no local onde você trabalhou anteriormente?
- 8- A divisão das equipes considerando os territórios colabora no atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violência? Caso positivo, de qual forma? Caso negativo, por quê?
- 9- Acerca da divisão em miniequipe, descreva quais são os aspectos NEGATIVOS dessa metodologia de trabalho.
- 10- Acerca da divisão em miniequipe por territórios, descreva quais são os aspectos POSITIVOS dessa metodologia de trabalho.
- 11- Considerando a divisão em miniequipe, existe algum impacto, positivo ou negativo, na relação com a rede setorial e intersetorial?
- 12- Quais estratégias a sua miniequipe promove para a atuação territorialidade no acompanhamento as famílias?
- 13-Quais estratégias a sua miniequipe promove para a superação das dificuldades encontradas no atendimento territorializado?
- 14-De que forma a divisão das equipes impacta na qualidade dos atendimentos prestados?
- 15-Gostaria de acrescentar mais alguma colaboração acerca do tema?

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado a participar da pesquisa “Impactos da divisão territorial das equipes no acompanhamento de crianças e adolescentes vítimas de violência no âmbito do PAEFI do CREAS ZNO/M de Santos”, de responsabilidade de Maurein Elaine de Maio Chianca, estudante de especialização da Universidade de Brasília. O objetivo desta pesquisa é entender se, de alguma forma, a divisão das equipes no PAEFI do CREAS ZNO/M impacta nos atendimentos às crianças e adolescentes vítimas de violência. Assim, gostaria de consultá-lo/a sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e lhe asseguro que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão total de informações que permitam identificá-lo/a. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como questionários, entrevistas ou gravação, ficarão sob a guarda da pesquisadora responsável pela pesquisa.

A coleta de dados será realizada por meio de questionário disponibilizado *online* através da plataforma “*GoogleForms*” e/ou gravações de áudio. É para estes procedimentos que você está sendo convidado a participar. Sua participação na pesquisa não implica em nenhum risco.

Espera-se com esta pesquisa compreender se a divisão do trabalho técnico realizada no serviço impacta de alguma forma no atendimento às crianças vítimas de violência e suas famílias.

Sua participação é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios.

Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode me contatar através do telefone (13) 988256427 ou pelo e-mail maurein.maio@gmail.com.

A equipe de pesquisa garante que os resultados do estudo serão devolvidos aos participantes por meio de artigo científico, podendo ser publicados posteriormente na comunidade científica.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o/a pesquisador/a responsável pela pesquisa e a outra com você.

Brasília, 31 de janeiro de 2022.